

# A ALIMENTAÇÃO TORNA-SE CIÊNCIA: OS CAMINHOS DE UM SABER EM BUSCA DE AUTONOMIA

JOSÉ ARIMATEA BARROS BEZERRA<sup>1</sup>

## Introdução

Neste trabalho discuto o processo de emergência da Nutrologia no Brasil. Ao analisar esse caminho, utilizando as noções de campo e de poder (Bourdieu, 1998), procuro identificar que espaços sociais foram ocupados e que estratégias foram desenvolvidas pelos nutrólogos com a finalidade de fazer com que o conhecimento relacionado à alimentação conseguisse representação e respaldo sociais, aspectos essenciais na busca de sua autonomia como campo de saber<sup>2</sup>.

Até o início dos anos 30, não havia no Brasil propostas referentes à constituição da alimentação como um campo de saber. Existia apenas a prática de medidas isoladas de fiscalização relacionadas diretamente com as diversas crises de abastecimento por que passava a sociedade brasileira desde o período colonial.

A fiscalização dos alimentos era feita pelos almatacéis e restringia-se às principais cidades do país: Rio de Janeiro, Salvador, São Luís e Olinda. Segundo Linhares (1979),

*no Brasil, o almotacé ou almotacel era um funcionário que tinha a seu encargo cuidar da igualdade dos pesos e medidas, taxar e, às vezes, distribuir mantimentos e outros gêneros que se compram e vendem no varejo. A expressão vem do árabe almohtacel, que deriva do verbo haçalba, isto é, contar, calcular. (Apud. Coimbra; 1982:163)*

Com a vinda da Família Real para o Brasil no início do século XIX (1808) e a conseqüente urbanização mais intensiva, o problema do abasteci-

<sup>1</sup> Professor da Faculdade de Educação, Ciências e Letras do Sertão Central, da Universidade Estadual do Ceará.

<sup>2</sup> Essa discussão faz parte da pesquisa acerca dos significados da merenda escolar, que desenvolvo no Curso de Doutorado do Programa de Pós-Graduação em Educação, da UFC, com o apoio da CAPES, durante os anos de 1998 e 1999 e da Fundação Cearense de Amparo à Pesquisa (FUNCAP), a partir de abril de 2000.

mento alimentar passa a atingir contingentes populacionais cada vez maiores e a questão adquire relevância. A fiscalização dos alimentos passa, então, a ser atribuição da medicina social, especialidade médica ora em desenvolvimento. A preocupação central passa a ser com o controle higiênico e com a armazenagem correta dos alimentos a fim de evitar o surgimento de focos de proliferação de doenças.

*Não dava, essa prática da medicina social, qualquer prioridade causal à alimentação na determinação do estado de saúde e de doença da população, investindo outros objetos de tal primazia. Naturalmente, isto também se aplica à alimentação da criança e do escolar que, salvo exceções notáveis, sequer passava por ser assunto digno de interesse acadêmico. (Ibid; p. 239)*

Dessa forma era tratada a questão alimentar no Brasil até o início deste século, quando começa a se constituir o modelo socioeconômico baseado na indústria; surgindo, então, um novo ator na estrutura de classes da sociedade brasileira, o operário industrial, que será um elemento determinante também nos novos rumos que tomará a problemática da alimentação no país.

No contexto internacional, o desenvolvimento de uma área de saber especificamente relacionada à alimentação começa a se desenvolver com maior impulso a partir da I Guerra Mundial (1914-1918). Nesse conflito, a alimentação emerge como uma questão merecedora de tratamento diferenciado, dada a constatação de sua importância estratégica num conflito bélico. Tal fato desencadeia a discussão sobre o tema em termos mais gerais; ou seja, para além de sua importância para as guerras, incorporando sua indispensabilidade na sobrevivência do ser humano. Torna-se premente, assim, a necessidade de se tratar cientificamente o alimento, tanto em termos de satisfação das necessidades biológicas do homem, quanto no que se refere à sua composição química e às formas adequadas e racionais de produção, conservação, transporte e consumo.

No Brasil, as primeiras idéias e discussões sobre o assunto começam a acontecer a partir dos anos 30, desencadeando o início do processo de constituição de um campo de saber específico da alimentação, cujo percurso histórico procuro esboçar a seguir<sup>3</sup>.

<sup>3</sup> Segundo Bourdieu (1998:69), *para a compreensão do gênese social de um campo é preciso levar em consideração duas dimensões. Deve-se apreender aquilo que faz a necessidade específica da crença que o sustenta, do jogo de linguagem que nele se joga, das coisas materiais e simbólicas em jogo que nele se geram. E também compreender a história do movimento do campo no sentido de sua autonomização, isto é, o processo de depuração em que o campo se orienta para aquilo que o distingue e o define de modo exclusivo.*

Esse percurso se inicia sob a égide dos movimentos higienista e eugênico e ganha forma sob a denominação de Nutrologia<sup>4</sup>. A propagação do higienismo, corrente de pensamento bastante influente no Brasil da época, criou um ambiente favorável ao desenvolvimento da Nutrologia, o que era reforçado com as teorias eugênicas e os ideais de constituição da nacionalidade brasileira. Nesse contexto, tal saber surge como uma forma de, através das cruzadas de “educação alimentar”, “educar” o povo com bons hábitos alimentares necessários à constituição de uma nação sadia, forte e trabalhadora, condição vista como indispensável ao processo de desenvolvimento do país.

A elaboração de um discurso sobre a alimentação parte do pressuposto de que para se superar os problemas dessa área tornava-se necessário organizar a produção e distribuição dos alimentos de forma racional e desencadear medidas de educação alimentar junto à população.

A primeira medida efetiva de concretização desse discurso foi a criação, em 1932, da primeira cátedra de Nutrição, na Faculdade de Medicina da Universidade do Distrito Federal, sob o comando do professor Annes Dias. A esse médico se agregaria um grupo de jovens médicos como Josué de Castro, Peregrino Júnior, Seabra Velloso e Silva Telles (Coimbra; 1982:150). Segue-se a formação de núcleos especializados nessa área no meio universitário de São Paulo, Rio de Janeiro, Salvador e Recife, cuja direção de trabalho vai caracterizar-se, durante os anos 30, pela primazia da prática laboratorial.

A partir do final dos anos 30, tais grupos começam a receber influência de estudos e teorias sobre o tema, desenvolvidos em outros países, a partir de uma abordagem diferente. A influência maior aconteceu a partir do pensamento do argentino Pedro Escudeiro, médico sanitário pioneiro na América Latina no estudo sistemático e racional da alimentação e dos determinantes políticos e sociais da fome.

Com a influência do pensamento de Escudeiro, a Nutrologia brasileira se divide em duas vertentes: uma técnica e outra de orientação social. A nova vertente conhecida como “social” entendia a alimentação como um problema social. (Viana; 1995:16)

Tais vertentes possuíam posições ideológicas antagônicas. Os nutrólogos técnicos, de orientação clínica e experimental, articulavam-se ao pensamento conservador e autoritário das elites nacionais. Seus diagnósticos e soluções propostas para a questão alimentar no Brasil eram marcadamente positivistas e eugênicas. Segundo Coimbra (1985:84), esses diagnósticos apontavam o seguinte: “a população brasileira era essencialmente formada por uma ‘sub-raça’ de mestiços fracos e indolentes, porque era miscigenada demais. A ‘boa alimentação’ se apropria a essa genética perversa” [Grifos do autor].

<sup>4</sup>Não é objetivo deste trabalho analisar a história da Nutrologia, mas delinear alguns elementos que considero como passos iniciais na direção da compreensão da gênese social (Bourdieu, 1998) desse campo de saber.

Os nutrólogos sociais, a partir de uma releitura da história do Brasil, propunham um novo diagnóstico para os problemas do país e uma nova solução. Afirmavam que tanto as raízes dos problemas nacionais como suas soluções estavam na alimentação. Sugeriam, então, um plano de reformas de dupla incidência:

*De um lado, era preciso dinamizar o abastecimento de alimentos, fazendo com que os gêneros apropriados a uma “alimentação racional” ficassem disponíveis. De outro, era indispensável educar o povo a se alimentar adequadamente, o que implicava em retirá-lo da ignorância em que vivia através de ensinamentos e exemplos (Idem.).[Grifo do autor]*

Os programas públicos de alimentação infantil deveriam ser privilegiados, pregavam os nutrólogos sociais, pois com eles não só se influenciariam com bons hábitos as famílias como um todo, como se preparava uma geração melhor para o futuro. A Campanha de Merenda Escolar, posteriormente criada (1955), constitui um exemplo de que tal orientação foi acatada pelo Estado, pois dentre seus objetivos (Decreto Federal nº 37.106, de 31 de março de 1955) propunha a melhoria dos hábitos alimentares dos alunos que, por sua vez, deveriam influenciar os de suas famílias.

Apesar de possuírem concepções teóricas antagônicas, os dois grupos dirigem suas atividades, naquele momento, em função de um objetivo comum: a constituição da alimentação enquanto campo de saber<sup>5</sup>. Da atividade de cada grupo dependia o processo de autonomização do novo conhecimento. Os nutrólogos sociais não poderiam perder os vínculos com a experimentação e a prática de laboratório, uma vez que estas lhes garantiriam o monopólio deste saber e sua respectiva cientificidade. Tal cientificidade era indispensável na conquista do *status* de ciência e na captação de recursos para financiamento das pesquisas.

Os nutrólogos técnicos teriam suas vantagens a partir do trabalho do grupo de orientação social que, com seus discursos, diagnósticos e receitas para o problema alimentar, vão conseguir espaço para a Nutrologia no aparelho estatal pós-1930. Ali eles vão desenvolver inquéritos sobre o estado nutricional do brasileiro, que foram fundamentais nas reformas do período populista. “De um desses inquéritos foi retirada a base de cálculo da ração essencial mínima, que se constituiu numa das peças de regulamentação da lei do salário mínimo em 1938” (Coutinho; 1988:34). Idealizam, criam (1943) e operacionalizam o Serviço de Alimentação da Previdência Social – SAPS –,

<sup>5</sup> Para a teoria da ação social ou praxiologia (Bourdieu, 1998), uma das principais homologias estruturais e funcionais comuns a todos os campos é a luta interna pelo poder. Não se trata de uma luta para alterar as estruturas constitutivas do campo, mas pelo domínio e controle das posições mais elevadas.

que se transformaria num dos principais veículos de intervenção populista do Estado junto à classe trabalhadora.

Mesmo na fase inicial de formação desse campo, já é visível a luta pelo controle de espaço e posições hierárquicas, onde cada grupo procura legitimar seu enfoque da questão como o capital cultural de maior valor. “Os técnicos” tentam impor-se pela abordagem laboratorial e “os sociais” pela política. Não se põe em jogo a estrutura de poder em si, como se nota quando ambos trabalham para a manter. A luta se restringe, portanto, ao nível do domínio intelectual e político do campo<sup>6</sup>.

Apesar da luta interna movida pela vontade de poder, a nível externo ambas as vertentes da Nutrologia aliam-se no movimento de constituição e legitimação de um conjunto de instrumentos teóricos-metodológicos, por eles dominados, o que lhes permitiria reivindicar a hegemonia de tal saber. Sem esses instrumentos eles não poderiam se estabelecer como possuidores do capital cultural legítimo do campo e aptos a dirigir ações no meio social respaldadas tanto pela sociedade, quanto pelo Estado.

Construído o arcabouço teórico-metodológico, os nutrólogos começaram a desencadear uma série de estratégias em busca da autonomia do campo<sup>7</sup>. O primeiro passo nessa direção foi a realização de diversos inquéritos que tinham como objetivo medir, avaliar e quantificar as carências alimentares do povo brasileiro, a partir de um amplo e minucioso levantamento das dietas e da participação da alimentação nas despesas das famílias.

Com isso, a Nutrologia dava um passo decisivo no Brasil como acontecera em outros países, mesmo confirmando o que já se sabia: que a maioria da população brasileira vivia mal e passava fome. Porém, essa realidade era mostrada agora com uma linguagem nova, respaldada pela experiência de laboratório e por eles sacramentada. O diagnóstico era: a situação de fome decorria do fato de a maioria da população não saber comer corretamente, o que seria consequência das péssimas condições de vida e de se ser pobre (Coimbra; 1982:153).

Como resolver o problema? Qual a solução? Como já afirmamos anteriormente, prescreviam: a racionalização da produção e distribuição e o desenvolvimento de uma eficiente cruzada alimentar, que substituísse os velhos e equivocados hábitos alimentares por uma prática alimentar racional.

Feito o diagnóstico e proposta a receita, faltava-lhes, contudo, poder político e respaldo social para a concretização de suas propostas. Como os

<sup>6</sup> Para Bourdieu(1998:72), “as lutas que têm lugar no campo intelectual têm o poder simbólico como coisa em jogo, quer dizer, o que nelas está em jogo é o poder sobre o uso particular de sinais e, deste modo, sobre a visão e o sentido do mundo natural e social”.

<sup>7</sup> “O movimento de um campo para a sua autonomia pode ser compreendido como um processo de depuração em que cada gênero se orienta para aquilo que o distingue e o define de modo exclusivo, para além dos sinais exteriores, socialmente conhecidos e reconhecidos, da sua identidade”. (Ibid., p.70)

conseguir? Conquistando espaço na sociedade e, principalmente, no Estado. Para isso, uma nova estratégia foi desencadeada e com dupla finalidade: difundir a boa nova e a mobilização de opinião favorável à causa da alimentação. Passou-se, então, a divulgar o ideário da alimentação racional e a denunciar, porém, de forma branda, inicialmente, a ausência de uma política alimentar conseqüente e apta a efetivar as soluções necessárias. Desenvolveu-se, dessa forma, uma pedagogia das representações<sup>8</sup> desse novo saber.

No movimento de constituição da Nutrologia, tornou-se necessário que representações de tal saber passasse a circular na sociedade brasileira, o que facilitaria a abertura social para as soluções propostas pelos nutrólogos.

Promove-se, por um lado, intensa campanha em favor da boa alimentação através dos meios de comunicação de massa. Por outro lado, publica-se, entre 1935 e 1940, uma grande quantidade de trabalhos referentes ao tema alimentação dirigidos, principalmente, ao público leigo (Coimbra; 1982:155). Destaca-se, nesse processo, a vasta obra de Josué de Castro sobre o problema alimentar e, em especial, sobre a fome, cujos livros mais conhecidos e publicados em diversas línguas são *Geografia da fome e Geopolítica da fome*, no quais o autor faz um mapeamento geográfico do Brasil e do mundo, respectivamente, dividindo-os por áreas e níveis de carência alimentar. O trabalho de Dante Costa intitulado *A importância da assistência alimentar à criança*, publicado em 1935, é a primeira obra no Brasil a fazer referência direta à merenda escolar.

A denúncia da falta de uma política de alimentação, inicialmente branda, intensifica-se a partir de 1940, quando os nutrólogos começam a ocupar espaço na burocracia do Estado populista. Algumas propostas começam, então, a ser colocadas em prática:

*Em 1940, criou-se o Serviço de Alimentação da Previdência Social – SAPS, com a finalidade de assegurar condições higiênicas e favoráveis à alimentação dos segurados da previdência; selecionar e baratear os preços dos gêneros alimentícios; instalar e manter restaurantes destinados aos trabalhadores; fornecer alimentos básicos a preço de custo aos trabalhadores.* (Coutinho; 1988:34)

Para Viana (1995:15), o SAPS foi gerado na esfera do que se chamou de cruzada alimentar, demandando a formação de recursos humanos em nutrição para atuar com objetivo específico de fazer educação alimentar. A estes profissionais, que se constituíram nos precursores do nutricionista, na sociedade brasileira, deu-se o nome de auxiliares ou visitantes de alimentação.

<sup>8</sup> Segundo Moscovici(1978:43), “uma ciência, seja qual for seu futuro, deverá, necessariamente, tornar-se parte integrante da vida cotidiana da sociedade humana e fazer com que esta sociedade se interesse particularmente por ela e lhe conceda um lugar à parte. Nesse processo, é forçoso que se reconheça a especificidade de sua prática”.

É pertinente lembrar que, sob a influência e orientação dos nutrólogos, fora criada, em 1945, a Comissão Nacional de Alimentação (CNA) com as seguintes atribuições: estudar e propor normas da política nacional de alimentação; estudar o estado de desnutrição e os hábitos alimentares da população e concorrer para o desenvolvimento da indústria de desidratação de alimentos no Brasil. Das discussões e atividades dessa comissão seria criado (1954-1955) o Programa Nacional de Merenda Escolar, que seria, além do SAPS, a outra frente de atuação prática dos nutrólogos. Duas razões explicam a aproximação da Nutrologia com a escola. Primeiro porque no espaço escolar estava presente o discurso higienista e eugênico vinculados ao ideal de constituição de um brasileiro forte, sadio, robusto, necessário à formação da nação brasileira. A segunda razão se vincula ao aumento das ações do poder público com relação à educação das camadas populares, no contexto do processo de industrialização do país.

A passagem dos nutrólogos do discurso à ação é favorecida pelas características do Estado brasileiro da época: organicista, intervencionista e populista. Esse Estado, de um lado, ávido por intervenção junto à sociedade e marcado pelo discurso nacionalista, tinha o poder; do outro lado, os nutrólogos que, apesar de dominarem o saber, não dispunham de poder para a efetivação de suas propostas, também de cunho intervencionistas, de "educação alimentar". Da convergência dos interesses desses dois segmentos da sociedade, surgiriam as primeiras políticas públicas no campo da alimentação no Brasil. Nesse caso,

*o nutrólogo atende a uma necessidade: a de responder pela execução/ viabilização de ações no setor, implementadas por um Estado em busca de legitimidade, em que o profissional se inseria como mais um instrumento atenuador das tensões sociais. (Bosi; 1996:59)*

A partir da criação do SAPS (1940), instituição que também passou a formar recursos humanos em nutrição, surge um novo profissional que passa a ser denominado de nutricionista. Passam a coexistir, então, duas profissões no campo da alimentação, porém ocupando posições diferenciadas na estrutura de poder do campo: os nutrólogos, médicos pós-graduados em nutrição, e os nutricionistas. Segundo Viana (1996:17),

*na divisão técnica e social do trabalho entre esses dois profissionais, voltados para o campo da alimentação e da nutrição, coube ao nutricionista tarefas cujo conteúdo se centrava na educação alimentar e na administração de restaurantes mantidos pelo SAPS. Ao médico nutrólogo coube a orientação, supervisão, pesquisa e planejamento em alimentação e nutrição.*

Os cursos de formação de nutricionistas proporcionavam uma formação pouco complexa, diretamente subordinada à profissão médica, e conforme Bosi (1996:60), “com um perfil de prática semelhante ao da Enfermagem: a de ser um trabalho feminino, socialmente desvalorizado, exercido por mulheres oriundas de estratos sociais inferiores, sem formação sólida, relegadas a uma prática subalterna”.

Essas considerações são, portanto, esclarecedoras do percurso histórico do conhecimento relacionado à alimentação e nutrição na direção de sua constituição como campo de saber autônomo. Na indústria, por meio da alimentação dos trabalhadores (SAPS); na escola, através da política de merenda escolar e na Universidade, com suas cátedras e práticas laboratoriais, a Nutrologia ganha respaldo social e se faz reconhecer. Por meio de estratégias de difusão adquire representação na sociedade brasileira. Conquista poder pelo controle teórico-metodológico do seu capital cultural específico e amplia seu espaço de influência política, ocupando cargos públicos na burocracia do Estado. Firma, enfim, suas bases de sustentação. Conquistado esse espaço, a Nutrologia finalmente ancora-se no meio social e adquire, no Brasil, o *status* de ciência de aplicação social.

## Bibliografia

- BOSI, Maria Lúcia Magalhães. *Profissionalização e conhecimento: a nutrição em questão*. São Paulo: Hucitec, 1996.
- BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.
- \_\_\_\_\_. *Razões práticas: sobre a teoria da ação*. Campinas: Papyrus, 1997.
- \_\_\_\_\_. *Trabalhos e projetos*. In: ORTIZ, Renato. (Org.). *Pierre Bourdieu*. Coleção Grandes Cientistas Sociais, nº 39. São Paulo: Ática, 1994.
- COIMBRA, Marcos, MEIRA, João Francisco Pereira de, STARLING, Mônica Barros de Lima. *Comer e aprender: uma história da alimentação escolar no Brasil*. Belo Horizonte, MEC/INAE, 1982.
- COIMBRA, Marcos. Dois modelos de intervenção nutricional no Brasil: PNS e PROAB. In: CASTRO, Cláudio de Moura, COIMBRA, Marcos (Orgs.). *O problema alimentar no Brasil*. Campinas: ALMED/UNICAMP, 1985.
- COUTINHO, Antônio Osvaldo Nunes. *Alimentação do brasileiro: “uma visão histórica”*. In: Saúde em Debate, nº 23. Londrina – PR, Centro Brasileiro de Estudos da Saúde, 1988.
- MOSCOVICI, Serge. *A representação social da psicanálise*. Rio de Janeiro, Jahar, 1978.
- ORTIZ, Renato. *Pierre Bourdieu*. Coleção Grandes Cientistas Sociais, nº 39. São Paulo, Ática, 1994.
- VIANA, Solange Veloso. *Nutrição, trabalho e sociedade*. São Paulo / Salvador: Hucitec/Edufba, 1996.